

COMÉRCIO EXTERIOR

# Brasil vai priorizar negociações na OMC

Ministro Celso Amorim diz que pode custar caro aceitar certas propostas dos EUA e da UE

DENISE CHRISPIM MARIN

**B**RASÍLIA – Em depoimento na Câmara dos Deputados, ontem, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, deixou clara a intenção do governo brasileiro de priorizar as negociações multilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC), mesmo com o sacrifício das discussões do acordo entre o Mercosul e a União Europeia e da formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Segundo o chanceler, o Brasil corre o risco de pagar caro se aceitar certas propostas dos Estados Unidos

para a Alca ou dos europeus nas negociações com o Mercosul. Ele explicou que aceitar esses pontos significaria para o Brasil perder uma importante "moeda de troca" nas negociações da Rodada Doha da OMC. "Tenho de ter essa cautela, não posso gastar todas as moedas da OMC nessas negociações, assim como não vou gastar as moedas com a União Europeia."

Embora ainda não tenha admitido de forma explícita, o Brasil praticamente abandonou as negociações da Alca. Na exposição aos parlamentares, Amorim disse que não há garantias de que, se ceder em pontos que considera sensíveis, aceitando regras mais flexíveis para investimentos, serviços e compras governamentais, o Brasil terá acesso mais amplo ao mercado americano de bens.

"Não é verdade que os países que aceitaram todas as regras foram beneficiados com acesso ao mercado", disse ele. Para reforçar seu argumento, citou o acordo recente entre os EUA e a Austrália, observando que, mesmo depois de ter cedido em vários pontos, os australianos não conseguiram ampliar as vendas de açúcar para os EUA.

Amorim deixou claro que o interesse do Brasil na Alca está concentrado nos acordos sobre acesso a mercados do Mercosul com os EUA e com o Canadá, conforme o formato quatro mais um.

**União Européia** – No caso dos europeus, o chanceler disse não estar seguro de que o acordo entre o Mercosul e UE será "fantástico e abrangente". "O fato é que a União Européia é mais realista (que os EUA) e não nos pede para gastar todas as nossas moedas." Amorim comentou sua preocupação com a proposta da UE de apresentar uma oferta agrícola em duas etapas – uma na negociação birregional e outra na OMC.

O chanceler relatou ter dito ao comissário europeu para o Comércio, Pascal Lamy, que os europeus não devem esperar que, no próximo dia 15, a data marcada para a troca de ofertas melhoradas de liberalização comercial, o Mercosul apresente uma proposta fixa sobre acesso a mercados e a UE venha a apresentar uma oferta "variável". "Ou as duas são variáveis ou as duas são fixas", observou. Também frisou que o Brasil não pode aceitar um objetivo mais modesto na Rodada Doha, em termos de agricultura, por conta das negociações entre UE e Mercosul.

O embaixador Rubens Barbosa, que acaba de deixar seu posto em Washington, alerta para o rumo das negociações comerciais brasileiras. "O governo vem negociando da maneira correta, é importante abrir novas frentes, como Índia, África do Sul e China", disse Barbosa. "Mas 80% do nosso comércio estão nas Américas e na Europa; as novas frentes são apenas complementares, não substituem esses mercados."

Barbosa abriu um escritório de consultoria em São Paulo, para auxiliar empresas brasileiras que querem se internacionalizar e se preparar para o mercado pós-negociações comerciais e ainda companhias estrangeiras que desejam se estabelecer no Brasil.

Ele também foi nomeado, ontem, o novo diretor-sênior da Stonebridge International, empresa de estratégia global de negócios fundada pelo ex-assessor de Segurança Nacional dos EUA Samuel (Sandy) R. Berger. O presidente da Stonebridge é Anthony S. Harrington, que foi embaixador dos EUA no Brasil antes de Donna Hrinak.

"Poucas empresas estão se preparando para as oportunidades de mercado que vão surgir depois de firmados os acordos comerciais", diz Barbosa.



Barbosa: '80% do nosso comércio estão na América e na Europa. Novas frentes são complementares'

## Alca não pode ser substituída, diz Barbosa

Para o ex-embaixador nos EUA, Índia e China devem fazer parte de estratégia complementar

PATRICIA CAMPOS MELLO

O embaixador Rubens Barbosa, que acaba de deixar seu posto em Washington, alerta para o rumo das negociações comerciais brasileiras. "O governo vem negociando da maneira correta, é importante abrir novas frentes, como Índia, África do Sul e China", disse Barbosa. "Mas 80% do nosso comércio estão nas Américas e na Europa; as novas frentes são apenas complementares, não substituem esses mercados."

Barbosa abriu um escritório de consultoria em São Paulo, para auxiliar empresas brasileiras que querem se internacionalizar

e se preparar para o mercado pós-negociações comerciais e ainda companhias estrangeiras que desejam se estabelecer no Brasil.

Ele também foi nomeado, ontem, o novo diretor-sênior da Stonebridge International, empresa de estratégia global de negócios fundada pelo ex-assessor de Segurança Nacional dos EUA Samuel (Sandy) R. Berger. O presidente da Stonebridge é Anthony S. Harrington, que foi embaixador dos EUA no Brasil antes de Donna Hrinak.

"Poucas empresas estão se preparando para as oportunidades de mercado que vão surgir depois de firmados os acordos comerciais", diz Barbosa.

O embaixador quer auxiliar também as empresas a encontrarem nichos de comércio exterior. Os EUA, diz ele, poderiam importar vários outros produtos brasileiros. O diplomata tem um estudo com os 200 principais produtos importados pelos

EUA, e os bens exportados pelo Brasil que ainda não atingem o mercado norte-americano.

Para ele, o mercado dos EUA poderia ser trabalhado de uma forma mais eficiente. "Só para comen-

parar, a China e o Brasil tinham o mesmo volume de exportações para os EUA em 1985, de US\$ 7 bilhões. Hoje, nós exportamos US\$ 14 bilhões, e os chineses vendem US\$ 140 bilhões para os EUA."

## Decisão sobre algodão dos EUA, só no final do mês

JAMIL CHADE  
Correspondente

**GENEBRA** – A Organização Mundial do Comércio (OMC) adiou para o fim do mês uma decisão sobre a legalidade dos subsídios dos Estados Unidos ao algodão. A disputa, aberta pelo Brasil no ano passado, tem como objetivo forçar Washington a modificar a política que distorce o comércio mundial e que prejudica as exportações nacionais de algodão.

Pela agenda da OMC, a decisão deveria ser publicada entre hoje e amanhã, mas, diante de atrasos no processo e de falta de consenso entre os árbitros sobre o laudo final, o resultado somente será conhecido na última semana de abril.

**Demora** – O Brasil alega que, ao dar subsídios aos produtores, os americanos estão prejudicando as exportações de algodão do País, que precisam competir de forma desleal com o produto dos Estados Unidos. Durante o processo, a Casa Branca chegou a impedir que informações sobre o volume dos subsídios fossem passadas aos árbitros internacionais, comportamento considerado suspeito por analistas.

Segundo um alto funcionário de Washington, porém, mesmo que o Brasil saia vencedor da disputa, dificilmente a Casa Branca aceitará o laudo e uma solução terá de ser negociada entre os dois países. O processo promete ainda levar alguns meses, já que o perdedor na disputa poderá apelar a decisão da OMC.

**C**EDER NÃO  
ABRE  
MERCADOS,  
DIZ AMORIM

**D**IPLOMATA  
ABRIU  
EMPRESA NO  
BRASIL